
REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA ARQUEOLÓGICA NO BRASIL DO SÉCULO XXI*



ALEJANDRA SALADINO**, LUANA CAMPOS***, CLAUDIA RODRIGUES-CARVALHO****

Resumo: *interrogando sobre as potências e desafios que as/os arqueólogas/os enfrentam atualmente, objetivamos refletir sobre as suas competências, considerando a conjuntura sociopolítica, à luz do institucionalismo histórico. Os resultados da pesquisa indicam a vigência de novos valores no campo e a necessidade das/os profissionais assumirem, com maior ênfase, os compromissos referentes à vocação preservacionista da disciplina.*

Palavras-chave: *Arqueologia. Profissão. Musealização da Arqueologia.*

Desde as últimas décadas do século passado, a Arqueologia vem passando por diversas mudanças – por vezes, profundas e contundentes – decorrentes tanto de pressões endógenas quanto exógenas ao campo científico. Tais processos, cabe lembrar, são associados a igualmente determinantes e impactantes reconfigurações na forma de pensar e de estar no mundo.

A Arqueologia, tributária de um pensamento e de uma ação ocidentais, fundada em agendas nacionalistas de viés colonialista (LINDSKOUGH, 2019) e, portanto, etnocêntrico, à medida que os processos e movimentos pós-coloniais, e com certo

* Recebido em 31.01.2020. Aprovado em 31.05.2020.

** Doutora em Ciências Sociais (UERJ). Professora Associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. *E-mail:* alejandrasaladino@gmail.com

*** Doutora em Quaternário, materiais e culturas (UTAD/Portugal), professora “recém-doutora” no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. *E-mail:* lcampos.ms@gmail.com

**** Doutora em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ. *E-mail:* claudia@mn.ufrj.br

retardo, vale dizer, em relação às demais ciências sociais (designadamente, a Antropologia e a Sociologia), encontra-se então diante da incontornável necessidade de revisão de valores e paradigmas que, conseqüentemente, transformam narrativas e práticas disciplinares. Assim, se o século XX inicia com a disciplina envolvida em projetos de invenção de estados nacionais, é possível observar que, nos seus estertores, a Arqueologia consolida um processo de estabelecimento de novas bases teóricas e éticas, frente às novas demandas sociais, e mercadológicas também.

No Brasil do século XXI, uma Arqueologia periférica e legatária da Escola Francesa e da corrente dos Quatro Campos da Antropologia procura novos contornos e seu próprio espaço, diretamente relacionado ao contributo para a formulação de questões e proposições de interpretações sobre o passado de culturas, muitas delas subalternizadas.

Diletantes e militantes compuseram o estrato basilar da Arqueologia brasileira e das políticas de preservação do patrimônio arqueológico (PROUS, 1994; SALADINO, 2010). A camada temporal que corresponde ao novo milênio, por sua vez, se caracteriza pelo compromisso de pesquisadores na escrita de novas narrativas sobre o passado, remoto e/ou recente, e pelos grandes desafios impostos ao exercício da profissão e ao desempenho da função social da Arqueologia num país de dimensões continentais e grandes contrastes, socioeconômicos e culturais.

Após décadas de articulação e luta, em 18 abril de 2018, na forma da Lei n. 13.653/18, finalmente foi regulamentada a profissão de arqueólogo/a. O desfecho desse processo ocorreu em uma conjuntura política e econômica local complexa, resultante de diversos fatores, dentre os quais destacamos a flexibilização do licenciamento ambiental e também a Reforma da CLT.

Motivadas pelos últimos acontecimentos no campo, nos interrogamos sobre as competências e compromissos das/os arqueólogas/os para o desenvolvimento de seu trabalho sob a égide das boas práticas. Assim sendo, objetivamos apresentar neste artigo os resultados de nossas reflexões (por vezes ilações), compartilhadas sobre o fazer arqueológico no Brasil do século XXI.

Nosso pensamento foi erigido sobre fundações a partir de um enquadramento teórico delimitado pelo institucionalismo histórico. Refletimos sobre alguns conceitos, como inter/multi/transdisciplinaridade, função social e boas práticas e, ainda, algumas premissas, oportunamente elencadas.

À guisa de contextualização para nossas reflexões, esboçamos apenas um breve panorama sobre a constituição da Arqueologia enquanto campo científico e profissional, visto que é expressiva a bibliografia que discorre sobre o tema (BARRETO, 2001; VIANA, BEZERRA, OLIVEIRA, 2014, para citar alguns) e não cabe em nossos objetivos reproduzir tal empreitada. Na sequência, refletimos sobre as competências e os compromissos assumidos pelas/os arqueólogas/os com a sociedade e com o próprio campo científico, considerando a conjuntura social atual. Nas notas finais, expomos nosso posicionamento em relação aos desafios do fazer arqueológico, eminentemente transdisciplinar, reduzido por uma perspectiva disciplinar do campo, que mantém uma hierarquia de ações estereotipicamente arqueológicas, depreciando um conjunto de atividades e produção de conhecimento diretamente relacionada à própria função social da Arqueologia frente às demandas da sociedade do século XXI.

CONCEITOS E PREMISSAS SOBRE UMALENTE TEÓRICA: A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE ARGUMENTATIVA

Nossa análise sobre o fazer arqueológico após a regulamentação da profissão exige a identificação e a explicitação da base de nossos argumentos, constituída de alguns conceitos, princípios e premissas, observados a partir de uma perspectiva específica.

Entretanto, antes de expor nossas considerações sobre tais elementos, cabe explicitar nosso referencial teórico, o Institucionalismo Histórico. Esta é uma variável do Neoinstitucionalismo, uma corrente da Teoria Política adequada para observar e interpretar contextos e processos institucionais. A partir dessa lente, é possível observar o campo científico como uma instituição constituída por um complexo conjunto de normas, convenções, enquadramentos jurídico-legais, organizações formais (como, por exemplo, instituições de pesquisa e associações de profissionais) e segmentos sociais no qual agentes compartilham certos valores, fundamentos de práticas e discursos institucionais que, rotinizados, constituem-se como padrões.

Faz-se mister ressaltar que nem todas/os agentes institucionais compartilham os mesmos valores e com a mesma fidelidade e intensidade. Todavia, sob as lentes do institucionalismo histórico, é possível observar o fenômeno da “dependência da trajetória” (HALL; TAYLOR, 2003), a tendência à permanência dos valores associados às primeiras escolhas institucionais¹, perpetuados nas práticas rotinizadas, mesmo que revisadas e atualizadas.

De acordo com esta corrente teórica, as mudanças institucionais ocorrem quando os valores mudam, e são diversas as causas, oriundas tanto de pressões endógenas (como, por exemplo, o rearranjo de forças entre grupos que constituem o campo, que impõem novos valores e objetivos, como, por exemplo, outras linhas de pesquisa) e exógenas (decorrentes de constrangimentos de ordem política, econômica e social).

Sob estas lentes observamos a Arqueologia enquanto campo científico e, mais especificamente, prática profissional. Nossos argumentos são ancorados em três premissas básicas, elencadas a seguir:

1. A Arqueologia é um campo científico essencialmente interdisciplinar, que produz conhecimento ancorada na multidisciplinaridade e que caminha por sendas que levam à transdisciplinaridade;
2. A Arqueologia é uma das Ciências do Patrimônio;
3. A função social da Arqueologia se manifesta sob a égide das boas práticas.

A primeira premissa exige clarificar, ainda que em linhas gerais, conceitos-chave do campo científico. Por interdisciplinaridade, e entendemos a reunião de um *corpus* teórico-metodológico, oriundo de distintas disciplinas, com vistas a estudar um objeto específico, mas de forma integrada. Por sua vez, multidisciplinaridade é considerada por nós como a forma de produzir conhecimento sobre um objeto a partir de várias disciplinas de forma cooperativa. E, finalmente, por transdisciplinaridade tomamos a forma de conhecimento integrado a despeito das fronteiras disciplinares.

Assim sendo, e em consonância com o Astolfo Gomes de Mello (2018), percebemos a Arqueologia como uma disciplina científica autônoma, contudo estru-

turada na importação de métodos e técnicas de outras e, portanto, interdisciplinar. Não obstante, a produção de conhecimento arqueológico, ou seja, a prática da arqueologia, tem se dado de forma multidisciplinar e, tão somente à guisa de exemplificação, lembramos dos estudos sobre os construtores de sambaquis (DE BLASIS *et al.*, 2007; SCHEEL-YBERT *et al.*, 2003) e os estudos dos grupos amazônicos (WATLING, *et al.*, 2017; NEVES, 2000). Todavia, e à despeito do debate sobre a possibilidade da transdisciplinaridade ser uma realidade, e não uma utopia (FICHMANN, 2005), observamos a Arqueologia como um campo de vanguarda, se considerarmos a tendência para tal expressa na produção de conhecimento relacionada à Musealização da Arqueologia (TOLEDO, 2017).

Pela sua função idiossincrática de estudar diretamente a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico (FUNARI, 2003, p. 100), a arqueologia vista apenas como uma disciplina, mesmo que salvaguardada pela égide da ciência não seria capaz de galgar êxito por si. É, portanto, salutar que ela, assim como seu objeto de estudo, seja ao mesmo tempo disciplinar – enquanto objeto de ensino –, interdisciplinar na sua constituição teórico-metodológica, multidisciplinar quanto produção de conhecimento e transdisciplinar na atuação profissional. Isso posto, buscaremos avançar nas premissas abordando duas vertes da arqueologia, a sua multidisciplinaridade e a sua transdisciplinaridade.

A multidisciplinaridade desenvolvida no âmbito da Arqueologia relaciona-se à segunda premissa de nossa reflexão, qual seja: a Arqueologia é uma das disciplinas que constituem também o campo de conhecimento denominado de Ciências do Patrimônio. Este é um termo que representa o campo transdisciplinar constituído pelas ciências humanas e naturais, destacando-se a Ciência da Conservação, a Ciência Arqueológica e a Ciência do Restauro (KENNEDY, 2015; STRLIČ, 2018), que contempla “aspectos físicos e materiais que dão suporte à Conservação-Restauração, mas também à gestão, registro, documentação e interpretação do patrimônio cultural” (GONÇALVES, 2019). Assim sendo, a vocação preservacionista é estrutural na Arqueologia, visto suas conexões com as demais Ciências do Patrimônio e, por isso mesmo, com seus elementos essenciais: para além da materialidade das coisas, as memórias e as identidades das pessoas.

A última premissa básica de nossa argumentação está relacionada à ética profissional, ou seja, à sua vertente transdisciplinar. Este é o cerne do conceito de boas práticas enquanto profissão, em outras palavras, a atuação a partir de um conjunto de princípios e normas com vistas à observância de valores que definam a atuação profissional. Destarte, a função social da Arqueologia está para além das funções da profissão. Compreendemos que a/o arqueóloga/o do século XXI, sob a égide das boas práticas, além de desempenhar atividades próprias do campo, cuidando de seu rigor teórico-metodológico, necessita assumir sua responsabilidade social e comprometer-se com a função social da Arqueologia, que ultrapassa a produção de conhecimento sobre o passado. Concretamente, e levando em consideração os alicerces éticos das Arqueologias Pós-processualistas e Contemporâneas – Arqueologia Pública, Arqueologia Social Inclusiva, Arqueologia Colaborativa, Arqueologia Comunitária etc) esse conhecimento deve estar relacionado a princípios e valores básicos, como a valorização da dignidade humana e a justiça social.

É, portanto, sob essa lente de área de conhecimento transdisciplinar, comprometida com as relações e funções sociais éticas, que a Arqueologia surge enquanto profissão no Brasil do séc. XXI.

DILETANTISMO, EMPREENDEDORISMO, MILITÂNCIA E PRECARIZAÇÃO: UM VOO DE PÁSSARO SOBRE A PRÁTICA ARQUEOLÓGICA NO BRASIL

Desde os estertores do século XIX, a Arqueologia, como saber normatizado pelo campo científico dedicado à produção de conhecimento sobre o passado da humanidade, é praticada no Brasil, entretanto a sua história com prática profissional alude para tempos mais recentes.

É patente que essa breve história do campo da arqueologia brasileira como prática profissional foi pontuada por agentes que influenciaram sua trajetória. Destarte, podemos inferir que a profissionalização da arqueologia no Brasil, a exemplo do que propõe Prous (2019), se constitui por cinco fases, a saber:

- A fase do amadorismo militante (1930 - 1960) – período de atuação dos chamados “arqueólogos amadores”, pessoas com formação em áreas não afins à Arqueologia, como Raimundo Lopes (BANDEIRA, 2019) e Hildo de Mello Ribeiro (FERREIRA, 2012), mas que, a despeito da conotação negativa que o termo ‘amador’ possa ter para os profissionais brasileiros (PROUS, 1992), militaram e contribuíram significativamente para a preservação do patrimônio arqueológico nas primeiras décadas do século XX;
- A fase da institucionalização (1945 – 1961) – período pós-segunda guerra mundial, quando há um retorno as ciências do passado, até a assinatura da lei n. 2.934/61, marcada pela atuação de pesquisadores como Paulo Duarte (FUNARI, 2000), José Loureiro Fernandes (CHMYZ, 2006) e Castro de Faria (SIMÃO, 2009) que protagonizaram a estruturação da preservação do patrimônio arqueológico no país;
- A fase das missões (1955 – 1970) – período que se inicia com a atuação e/ou colaboração de estudiosos estrangeiros, como os pesquisadores da escola francesa, Annette Laming-Emperaire e Joseph Emperaire (SANTOS, 2015), e da escola americana, Betty Meggers e Clifford Evans (DIAS, 1995; BARRETO, 1999; SOMBRIO, 2018), duplas que, não obscurecendo os pesquisadores dessas e outras escolas que atuaram anteriormente no Brasil, foram responsáveis pela formação de um grande número de pesquisadores nativos. Incluindo a criação de cursos e programas, como o PRONAPA e PRONAPABA (JANDIRANETO, 2014), que influenciaram significativamente a práxis arqueológica;
- A fase da consolidação acadêmica (1970 – 2009) - Período marcado pela atuação dos formados pela fase anterior, outrossim de pesquisadores que obtiveram formação em áreas afins nas universidades fora do país e que foram responsáveis pela consolidação da formação acadêmica no Brasil. Compreende o período de criação do primeiro curso de graduação em arqueologia, criado pelo parecer 1.591/75 do Conselho Federal de Educação, que autorizou o seu funcionamento na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Ron-

don/FAMARO, no Rio de Janeiro (BEZERRA, 2008), até a autorização de funcionamento de cinco cursos de graduação, apenas em 2009, totalizando a existência de 12 cursos de graduação;

- A fase do empreendedorismo (1988 a atualidade) - período em que os profissionais de arqueologia começaram a se envolver progressivamente com a produção de EIAs/Rimas, avaliações de potencial e levantamento arqueológico (LIMA, 2017), impulsionados pela participação do patrimônio cultural na elaboração da Resolução CONAMA n. 01/1986. Esse período contempla também o chamado 'bum' da arqueologia, que, conforme os dados de emissão de portarias disponibilizado pelo IPHAN, ocorreu entre os anos de 2011 a 2015, com leve recaída em 2016 e pequena retomada em 2018 e 2019.

Em consonância com a proposta de reflexão de Prous (2019), a aqui chamada fase do empreendedorismo pode ser considerada como o período em que a arqueologia recebeu maior influência externa ao campo da ciência. Em particular nos últimos 10 anos, visto que seu crescimento vertiginoso é considerado resultado das políticas de investimento nos setores econômicos, com programas de aceleração do crescimento – PAC, PAC2 e PAC/Cidade Históricas –, respaldada por uma política de preservação do patrimônio arqueológico mais direcionada ao licenciamento, com a publicação da Portaria IPHAN n. 230/2000, e um contato mais aproximados dos gestores com meio empresarial.

Entretanto, essa relação de interdependência entre a prática arqueológica profissional e o meio político-econômico vinculou parte do campo às flutuações do cenário externos. O que provocou uma situação peculiar, pois ao observamos o quadro abaixo, vemos que, forçado pela crise econômica mundial de 2016 (AMORIM NETO, 2016) o número de licenças emitidas pelo IBAMA diminui cerca de 30% e não retomou, ao passo que as emissões de licença para o patrimônio cultural também diminuíram e retoma ao crescimento, de acordo com a Tabela 1.

Tal discrepância pode ser atrelada também, entre outros fatores, à publicação da Instrução Normativa IPHAN n. 01/2015, responsável por clarificar o leque de empreendimentos a serem licenciados por seus impactos ao patrimônio cultural, desvinculando sua conotação exclusiva com o EIA/RIMA, permitindo uma ampliação do campo profissional aos pequenos empreendimentos enquanto as licenças ambientais permaneceram voltadas àqueles substanciais considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (CONAMA n. 237/1997).

Destarte, podemos compreender que ao longo da fase do empreendedorismo na arqueologia brasileira houve, ao menos, dois momentos singulares. O momento das grandes empresas de arqueologia, com trabalhos de grande envergadura econômica e social, e o momento das pequenas empresas de arqueologia, voltadas a trabalhos de menor volume, locais e/ou pontuais.

Em meio a esse cenário dinâmico foi a provado a Lei n. 13.653/18 que regulamenta a profissão, mas agora diante de uma conjuntura política extremamente incerta e ameaçadora ao patrimônio cultural.

Tabela 1. Licenciamento – Portarias IPHAN e IBAMA

ANOS	PORTARIA IPHAN	PORTARIA IBAMA
2000	63	159
2001	117	175
2002	241	224
2003	268	148
2004	325	269
2005	415	349
2006	424	346
2007	524	404
2008	771	553
2009	756	589
2010	982	560
2011	1.203	693
2012	948	747
2013	1.563	957
2014	1.601	894
2015	1.299	736
2016	1.079	640
2017	1.241	608
2018	1.615	696

Fonte: Portal IPHAN, 2019 e Portal IBAMA, 2019

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O FAZER ARQUEOLÓGICO NO BRASIL DO SÉCULO XXI

A Arqueologia, em toda a América Latina, se desenvolveu sobre bases colonialistas e nacionalistas (SILVA, 2014; LINDSKOGH, 2019; WASSILOWSKI, CURET, 2019) e com pretensões científicas, tal e qual os demais países da América Latina. Em nome da ‘verdade’ advinda da ciência e do ‘progresso’ de agendas políticas desenvolvimentistas, bens arqueológicos foram reduzidos a uma materialidade passível de coleta, armazenamento, análise/pesquisa e extroversão.

Nas últimas décadas, a implantação de uma agenda político-econômica desenvolvimentista resultou no aumento das pesquisas arqueológicas no país, atreladas ao licenciamento ambiental, sua lógica e dinâmica. Impactantes foram os resultados, e é possível perceber aspectos negativos e positivos. O crescimento, em escala exponencial, dos acervos arqueológicos depositados em instituições de guarda e pesquisa, e a destruição total ou parcial das matrizes arqueológicas de diversos sítios são os primeiros desafios a saltar às vistas. As pressões sociais, em prol da preservação de seus marcos de memória e lugares sagrados também contribuíram para as/os profissionais repensarem sua posição e suas práticas.

Gradual, mas firmemente, arqueólogas/os e outras/os agentes do patrimônio arqueológico iniciaram um movimento com vistas a refletir e agir sobre o contexto no qual os bens arqueológicos estão sob risco de destruição e alienação. No campo acadêmico e no campo do patrimônio, articulações resultaram na expressiva e consistente

produção de conhecimento sobre preservação do patrimônio arqueológico e na criação de dois coletivos, a Rede de Museus e Acervos Arqueológicos (REMAAE) e o Grupo de Trabalho Acervos Arqueológicos da SAB, que atuam de forma integrada em prol da efetiva consolidação de políticas de preservação desses bens culturais. Cabe lembrar a realização, até o presente momento, de três fóruns dedicados exclusivamente ao tema, envolvendo as autarquias diretamente relacionadas – nomeadamente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Brasileiro de Museus – e produzindo documentos com diretrizes, prioridades e encaminhamentos (TOCHETTO, 2017; SALADINO, 2019).

Grasiela Tebaldi Toledo (2017) realizou um levantamento sobre estudos realizados em pós-graduações, dedicados à temática da preservação do patrimônio arqueológico (concretamente, estudos, vinculados ou não a pesquisas arqueológicas, sobre socialização do patrimônio arqueológico, ou seja, musealização – ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação –, educação patrimonial e extroversão do conhecimento). De acordo com tal levantamento, é possível observar que tal produção é realizada, em sua maioria, em Programas de Pós-Graduação em Arqueologia, perfazendo um total de 64,2% das dissertações e teses realizadas entre 1985 e 2017 (Figura 1).

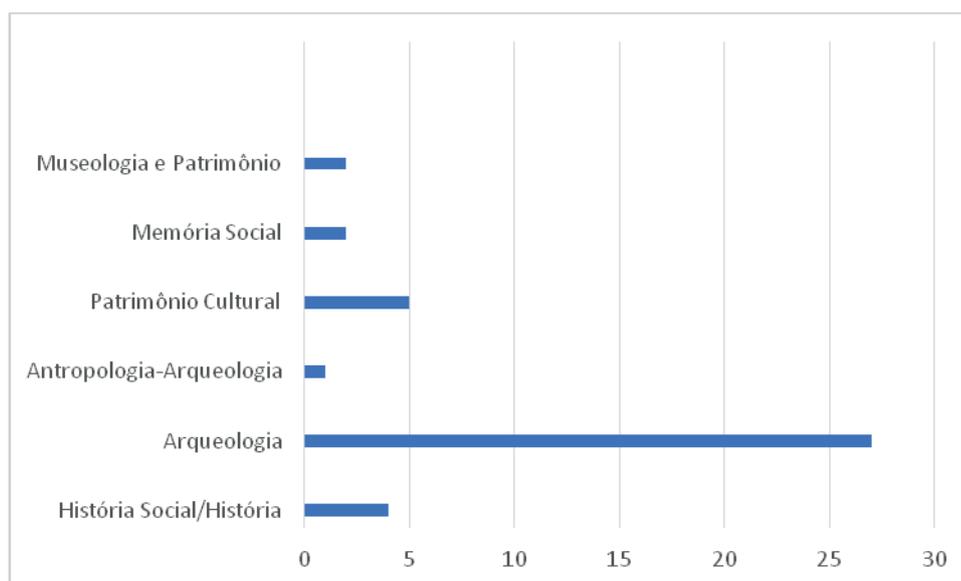


Figura 1: Dissertações e teses sobre musealização do patrimônio arqueológico, 1985 a 2017.
Fonte: TOLEDO, 2017

O levantamento supracitado priorizou as dissertações e teses de Programas de Pós-Graduação. Assim sendo, à guisa de complementação, lembramos da produção referente ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, com 21 dissertações dedicadas ao patrimônio arqueológico brasileiro. Na Figura 2, apresentamos as palavra-chave recorrentes nas referidas pesquisas:

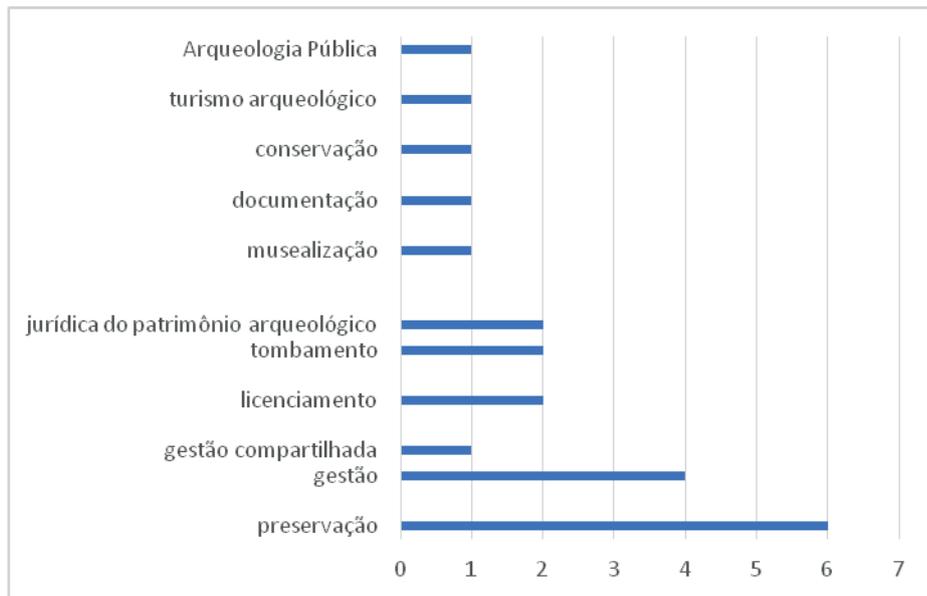


Figura 2: Palavras-chave das dissertações do mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural do IPHAN.
Fonte: IPHAN,2019

Destarte, se considerarmos o tema mais abrangente “preservação do patrimônio arqueológico”, é possível observar uma configuração distinta do Gráfico 1. Se focarmos a análise sobre os trabalhos dedicados à preservação, incluindo os mestrados em preservação do patrimônio cultural - é possível verificar um relativo equilíbrio na produção de dissertações pelos programas de Pós-graduação em Arqueologia e pelos Mestrados em Preservação do Patrimônio Cultural (Figura 3):

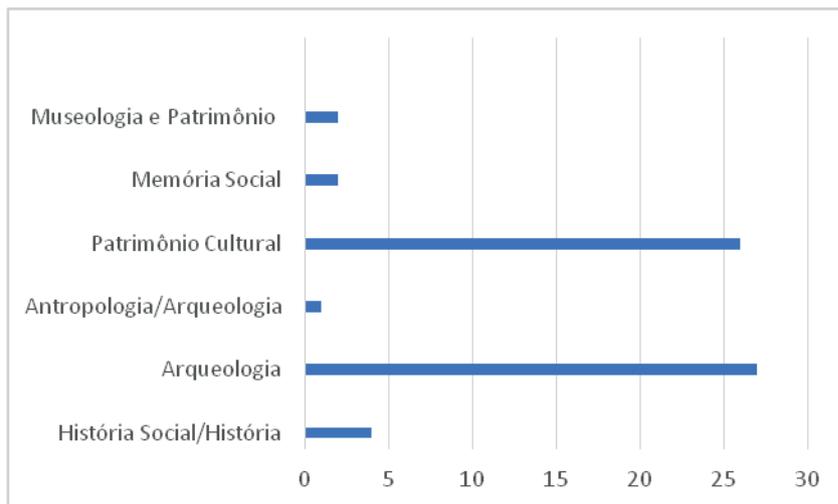


Figura 3: Dissertações e teses sobre musealização e preservação do patrimônio arqueológico 1985 a 2017
Fonte: Adaptação de IPHAN (2019) e TOLEDO (2017)

Cabe ressaltar que parte desses estudos, em maior ou menor medida, consistem em esforços concretos de estabelecer uma gestão do patrimônio arqueológico mirando a descolonização, no sentido de constatar a complexidade e caráter conflituoso do campo do patrimônio cultural e, a partir de então, buscar estabelecer relações menos assimétricas entre os agentes envolvidos nos processos. Tais tentativas se originam na área de interseção entre Arqueologia e Museologia, coincidindo com a tipificação de Toledo (2017) sobre os fundamentos teórico-metodológicos situarem-se na Museologia Social e nas Arqueologias Pós-Processuais e Contemporâneas, estas últimas preocupadas com os “aspectos sociais, políticos e simbólicos da investigação científica” (TOLEDO, 2017, p. 33).

Destarte, se considerarmos a expressiva porcentagem de estudos desenvolvidos em programas de pós-graduação em Arqueologia e as demandas sociais que levam as/os arqueólogos a assumirem suas atribuições e compromissos no que se refere à gestão do patrimônio arqueológico, faz-se necessário problematizar o que leva à desconsideração, enquanto Arqueologia propriamente dita, da Educação Patrimonial e da Musealização da Arqueologia (PANACHUK; CARNEIRO *apud* TOLEDO, 2017) Vale refletir sobre causas e consequências da permanência da percepção, tanto da Musealização da Arqueologia quanto da Educação Patrimonial como áreas menores, visto que é por meio desses tópicos que a Arqueologia contribui para a consolidação da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural Material (Portaria IPHAN n. 375/18), na medida em que realiza a sua função social de acessibilidade e possibilidade de fruição do patrimônio arqueológico e, ainda, em que a/o arqueóloga/o assume sua responsabilidade para com a conservação dos bens arqueológicos (dispostos na Portaria IPHAN nº 196/16).

Durante muito tempo, as/os arqueólogos/os não percebiam todas as dimensões e implicações de seu ofício enquanto agentes produtores de acervo. Da mesma forma, a extroversão deste não ia além dos resultados de pesquisa, num texto técnico ou em cartilhas e apresentações, sempre adaptadas ao público geral a partir de uma ótica unidirecional de produção e disseminação de conhecimento. Sob as lentes do institucionalismo histórico, é possível observar uma relação entre pressões exógenas e endógenas e respectivos desdobramentos possíveis. Tais repercussões podem ocorrer na forma de incorporação de novos valores e, conseqüentemente, objetivos, narrativas e práticas. Na área das ciências humanas e sociais, a adoção de valores associados aos direitos humanos resultou em um processo (em curso) do qual destacamos mudanças de paradigmas associados à descolonização do campo científico (MIGLIEVICH-RIBEIRO *et al.*, 2018, p. 132). Na Arqueologia, pressões exógenas (revisão de paradigmas científicos na área das ciências humanas e sociais e demandas sociais resultantes de tendências político-econômicas, como o licenciamento ambiental, e culturais², apenas para citar alguns), podem se relacionar a pressões endógenas e escolhas institucionais (desenvolvimento de novas perspectivas teóricas e métodos – concretamente as Arqueologias Pós-Processuais – bem como linhas de pesquisa de base transdisciplinar – a Musealização da Arqueologia – e, ainda as Arqueologias Contemporâneas).

Em outras palavras, no campo da Arqueologia, as questões-chave das ciências humanas e sociais (para que? e para quem?) têm sido respondidas cada vez mais levando em consideração as demandas sociais relacionadas à gestão dos bens arqueológicos e aos

direitos à memória, identidade e patrimônio, implícitos no Artigo XXII e nos incisos do Artigo XXVII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, subscritos abaixo:

Art. XXII Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

(...)

Art. XXVII 1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. 2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

A realização, na plena potência, da função social da Arqueologia, não resulta apenas do rigor teórico-metodológico de um estudo, mas também do zelo com a ética profissional e com a função social do próprio fazer. Compreendemos tratar-se de um desafio que vem sendo assumido gradual e inexoravelmente por parte das/os arqueólogas/os. Um exemplo dessa nova postura pôde ser visto na Sessão “Arqueologia, Museologia e Patrimônio”, do V Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico do MAST. A comunicação “Educação Patrimonial nas Ruas do Rio: respeito, apropriação e legitimação – caso do Cemitério do Largo de Santa Rita” foi apresentada por representantes de todas as agências e segmentos envolvidos no projeto, a saber: Arqueologia, IPHAN e sociedade civil organizada (ANDRADE *et al.*, 2020). Todas as palestrantes ressaltaram, a partir de suas perspectivas e atribuições no projeto (metodologia da pesquisa arqueológica, educação patrimonial, fiscalização e reivindicações por parte dos movimentos sociais envolvidos), a complexidade do mesmo, a natureza conflituosa do campo do patrimônio cultural e, por conseguinte, a necessidade de diálogo, concessão e negociação por parte dos envolvidos. Trata-se de um verdadeiro e rico aprendizado, que consiste na relativização de uma das linhas abissais do pensamento ocidental, o monopólio da verdade atribuído à ciência moderna ocidental (SOUSA SANTOS, 2007). Tal abordagem permite a adaptação de protocolos institucionais frente às demandas e reivindicações da sociedade civil organizada e a consideração dos sentimentos e das memórias na discussão e construção do espaço urbano, bem como no fazer arqueológico e nas interações com a cultura material decorrente. Em outras palavras, representa o esforço de equalizar a assimetria de forças envolvidas na preservação e valorização do patrimônio arqueológico brasileiro. Por tudo isso, compreendemos estar diante de um processo no qual o patrimônio arqueológico pode contribuir na construção de identidades e pertencimento (WICHERS, 2011).

Compreendemos ser este um caso emblemático e paradigmático da complexidade do campo do patrimônio cultural e, particularmente, dos desafios impostos ao fazer arqueológico, que resultam na necessidade de refletir sobre a suas dimensões ética, científica (teórico-metodológica) e social. Nele está clara a interação entre memórias, identidades e patrimônios, por sua vez, em constante processo de construção por meio de seleções, negociações e reinterpretaciones. Também se impõem os diferentes interesses políticos, econômicos, sociais e culturais das/os agentes envolvidas/os, que abarcam as necessidades urbanas e as vontades de memória que, neste caso,

adquirem tons mais fortes devido à dimensão sagrada/simbólica associada aos remanescentes humanos. Este nos parece um exemplo de potenciais conflitos com os quais nos deparamos cada vez mais na prática arqueológica mas que apresenta uma situação diferenciada de solução, concretamente, uma tentativa de equilíbrio entre os múltiplos atores que estão em cena, independente do poder (político, econômico, científico e simbólico) de suas perspectivas.

Por tudo isso, consideramos que o caso supracitado pode ser compreendido como um claro exemplo de ‘metodologia indisciplinada’, na medida em que foram indisciplinadas “a distribuição topológica do conhecimento teórico e do mundo e a autonomia prática do conhecimento a respeito das relações sociais/vitais” (HABER, 2011, p. 17), subjetivando, a partir de outros lugares que não aqueles que institucionalmente nos levam a construir “nosso privilégio epistêmico, nomeadamente, o reconhecimento, a aprendizagem e a solidariedade” (HARBER, 2011, p. 18).

NOTAS FINAIS

Coincidimos com a constatação de Haber de que a ciência social,

(...) protagonizada por pessoas com as melhores intenções e detentora das mais poderosas ferramentas de análise da realidade social, de todas as maneiras, aporta, muitas vezes mais do que combate, a reprodução da ordem da desigualdade, da injustiça e da morte (HABER, 2011, p. 15).

Entretanto, a Arqueologia, em sua origem essencialmente interdisciplinar, tem assumido, ao longo do século XXI, seus imperativos e incontornáveis compromissos para uma sociedade mais justa, acorde com os direitos humanos básicos. Isto lhe demanda uma ação transdisciplinar, manifesta tanto na produção de conhecimento científico, quanto na gestão do patrimônio arqueológico. Sob a ótica do institucionalismo histórico, podemos compreender este fenômeno como o resultado de pressões endógenas e exógenas, que mudam valores e práticas de arqueólogos/os, cujas ações ultrapassam o fazer arqueológico positivista, cientificista e, em certa medida, colonialista.

Cabe ressaltar que a percepção supracitada decorre de um olhar focado sobre parte da Arqueologia praticada no Brasil da atualidade, que, por sua vez, resulta da militância e do ativismo cada vez mais presente no campo, congregando arqueólogas/os, conservadoras/es, educadoras/es e museólogas/os atuantes no meio acadêmico e também nas práticas profissionais no meio contratual.

Concretamente, o fazer arqueológico no Brasil do século XXI ultrapassa os contornos disciplinares, associados à execução de ações de prospecção, escavação, acompanhamento, monitoramento, análise, curadoria e interpretação de bens arqueológicos. Sob a égide das boas práticas, em observância ao multiculturalismo, e em respeito ao direito à memória, à identidade e ao patrimônio, a/o arqueólogo, comprometido com sua função social, necessita assumir suas responsabilidades no que respeita a gestão do patrimônio arqueológico. O levantamento bibliográfico realizado por Toledo (2017) indica que as bases teóricas e métodos adequados para que a/o arqueóloga/o “atue na esfera da valorização do patrimônio arqueológico e na democratização das narrativas arqueológicas” (TOLEDO, 2017, p. 67) se encontram na transdisciplinaridade.

No século XXI, a/o arqueóloga/o necessita assumir suas competências, com lisura e ética profissional, no que diz respeito à preservação (que termina com ações de comunicação/divulgação do conhecimento produzido e dos bens arqueológicos). Cabe lembrar que, já na primeira metade do século XX, Luiz de Castro Faria e Paulo Duarte não dissociavam o fazer arqueológico das ações preservacionistas, percepção estruturante da própria Lei nº 3.924/61.

Na preservação do patrimônio arqueológico, a/o arqueóloga/o precisa agir, cada vez mais, como mediador de interesses e conflitos, como exemplificamos a partir do caso do projeto da Linha 3 do VLT do Rio de Janeiro. Talvez este caso represente o início de um novo período na prática arqueológica no país, subsequente àqueles propostos por Prous (2019), onde se exige uma outra prática arqueológica e se percebe o início de uma transformação da perspectiva sobre a própria prática e seu propósito.

Esta mudança se viabiliza a partir da compreensão de que este é um momento de aprendizagem. Tomamos ciência de que o campo do patrimônio é um território de conflito e, para atuar nele, à luz dos princípios básicos para garantir os direitos pessoais e com vistas a decolonizar os discursos e as práticas, é preciso desenvolver “*soft skills*”. Para efetivamente contribuir para a preservação do patrimônio arqueológico, as/os arqueólogas/os, precisarão desenvolver uma escuta atenta e empática, buscando romper com o padrão de hierarquização no qual o discurso técnico-científico se sobrepõe aos demais. Necessitarão também se familiarizarem e aplicarem as metodologias participativas, fundamentais para o encaminhamento dos processos de gestão do patrimônio cultural.

Por tudo isso, compreendemos que as/os arqueólogas/os do século XXI devem ser caracterizados pela detenção de conhecimentos e habilidades específicas da gestão do patrimônio arqueológico, pelas perspectivas teóricas e técnicas e, finalmente, por uma abordagem inclusiva, que respeite as narrativas, o direito à memória e ao patrimônio das comunidades impactadas e envolvidas com o fazer arqueológico.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ - pelo apoio a projeto de pesquisa (200.120/2019).

REFLECTIONS ON ARCHAEOLOGICAL PRACTICE IN BRAZIL OF THE 21st CENTURY

Abstract: By interrogating the powers and challenges that archaeologists face today, we aim to reflect on their competencies, considering the social-political context, in the light of historical institutionalism and from a bibliographic review. The results of the research indicates the validity of the news values in the field and the need for the professionals to assume the commitments regarding the preservationist vocation of the discipline.

Keywords: Archaeology. Profession. Musealization of Archaeology.

Notas

- 1 Para compreensão das bases conceituais do Institucionalismo Histórico, recomendamos textos da Teoria Política (PETERS, 1999; PIERSON, 1993, 2000a, 2000b; THELEN, 1999). Para compreensão da aplicação dessa perspectiva teórica na análise do campo do patrimônio cultural, recomendamos artigos elaborados articulando os campos das Ciências Sociais e da Arqueologia (SALADINO, 2010, 2014; SALADINO et al., 2020; COSTA, 2017; POLO, 2018).
- 2 A título de ilustração, destacamos a proclamação da Cachoeira do Iauaretê a Patrimônio Cultural do Brasil, em 2006 e, em 2019, o resgate de doze urnas funerárias pelo povo Munduruku, provenientes de lugares sagrados e depositadas no Museu de História Natural de Alta Floresta, no Mato Grosso.

Referências

AMORIM NETO, O. A crise política brasileira de 2015-2016. Diagnóstico, sequelas e profilaxia. *Relações Internacionais*, n. 52, p. 43-54, 2016.

ANDRADE, C.; VITALINO, C.; CRESPO, J.; BIANCHINI, G.; GASPAR, M. D. Patrimônio, Conservação e Comunicação. Educação Patrimonial nas ruas do Rio: respeito, apropriação e legitimação: o caso do Cemitério do Largo de Santa Rita. *V Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico do MAST. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins*, p. 214-236, 2019. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_vsppa/pdf/secao-3/14-cilcair-andrade-et-al-formatado.pdf. Acesso em: 03 maio 2020.

ARAÚJO, A. G. de M. A Arqueologia como paradigma de ciência histórica e interdisciplinar. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 285-308, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010340142018000300285&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 26 dez. 2019.

BANDEIRA, A. M. Arqueologia pública e a preservação do patrimônio cultural pré-colonial maranhense: diagnóstico sobre o estado de preservação dos sambaquis da Ilha de São Luís – Maranhão. *Patrimônio e Memória*, v. 15, n. 1, p. 238-265, 2019.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia o Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez./fev. 1999-2000.

BARRETO, C. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, p. 201-212, 1999.

BEZERRA, M. Bicho de nove cabeça: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 21 n. 2, p. 139-154, 2008.

CHMYZ, I. José Loureiro Fernandes e a arqueologia brasileira. *Revista de Arqueologia*, n. 10, p. 43-105, 2006.

COSTA, C. A. S. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais do endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. *Revista*

Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 11, n. 2[19], p. 215-253, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8650060>. Acesso em: 3 maio 2020.

DIAS, A. S. Um projeto para a arqueologia brasileira. Breve histórico da implantação do PRONAPA. *Revista do CEPA*, 22, p. 25-39, 1995.

FERREIRA, M. de S. *Museu de arqueologia de Itaipu: camadas de memória de um palácio em ruínas*. XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO de 23 a 27 de julho de 2012. *Anais...* Rio de Janeiro, 2012.

FUNARI, P. P. Como se tornar arqueólogo no Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 74-85, 2000.

FUNARI, P. P. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003

DeBLASIS, P.; KNEIP, A.; SCHEEL-YBERT, R.; GIANNINI, P. C. F.; GASPAR, M. D. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral sul do Brasil. *Arqueologia Suramericana*, v. 3, n. 1, p. 29-61, 2007.

FICHMANN, S. Formação de formadores, transdisciplinaridade e tecnologia: uma utopia? In: FRIAÇA, A.; ALONSO, L. K.; LACOMBE, M.; BARROS, V. M. *Educação e Transdisciplinaridade III*. São Paulo: Triom, 2005. p. 415-432.

GONÇALVES, W. de B. Ciência do Patrimônio. *Associação Nacional de Pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio*. Disponível: <http://lacicor.eba.ufmg.br/antecipal/index.php/ciencia-do-patrimonio/>. Acesso em: 20 out. 2019.

HABER, A. Nometodología Payanesa: notas de metodología indisciplinada (com comentários de Henry Tantalean, Francisco Gil). *Revista Chilena de Antropología*, n. 23, p. 9-49, 2011.

HALL, P.; TAYLOR, R. As três versões do neo-institucionalismo. *SciELO Brasil*, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010. Acesso em: 20 out. 2019.

IPHAN. *Dissertações*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pep/pagina/detalhes/308>. Acesso em: 20 out. 2019.

JANDIRA NETO. PRONAPA - Uma história da arqueologia brasileira contada por quem a viveu. Entrevistado, Prof. Dr. Ondemar Dias, em Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/28>. Acesso em: 15 jan. 2019.

- KENNEDY, C. G. The Role of Heritage Science in Conservation Philosophy and Practice. *The Historic Environment*, v. 6, n. 3, p. 214-228, dez. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Craig_Kennedy/publication/289686945_The_Role_of_Heritage_Science_in_Conservation_Philosophy_and_Practice/links/5696386d08ae4b80df39139f.pdf. Acesso em: 3 maio 2020.
- LINDSKOUGH, H. B. Coleccionando naturaleza, creando cultura: construcción de la dicotomía naturaleza/cultura en museos. *Antipod. Rev. Antropol. Arqueol.*, Bogotá, n. 36, p. 11-32, jul./set. 2019.
- LIMA, T. A. O licenciamento ambiental no IPHAN: o socioambiente em questão. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35, p. 285-319, 2017.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, A.; ROMERA, E. Orientações pra uma descolonização do conhecimento: um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel. *Sociologias*, n. 47, p. 108-137, 2018.
- NEVES, E. G. O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista USP*, n. 44, p. 86-111, 2000.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração universal dos direitos humanos*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- PETERS, G. The legacy of the past: historical institutionalism. In: PETERS, G. *Institutional Theory in Political Science: the new institutionalism*. NY: Continuum International Publishing Book, 1999.
- PIERSON, P. When effect becomes cause: policy feedback and political change. *World Politics*, v. 45, n. 4, p. 595-628, jul.1993.
- PIERSON, P. Increasing Returns, path dependence and the study of politics. *American Political Science Review*, v. 94, n. 2, p. 251-267, 2000a.
- PIERSON, P. The limits of design: explaining institutional origins and change. *Governance*, v. 13, n. 4, p. 475-499, out. 2000b.
- POLO, M. J. A. O termo de ajuste de conduta entre as práticas do IPHAN para a Arqueologia: avaliação de uma década de conflitos e negociação. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 1, p. 151-171, 2018. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/560>. Acesso em: 03 maio de 2020.
- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira, a pré-história e os verdadeiros colonizadores*. Cuiabá: Archaeo; Carlini & Caniato Editorial, 2019.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UnB, 1992.

SALADINO, A. *Prospecções: o lugar do patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2010.

SALADINO, A. IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*, v. 26/27, n. 1/2, p. 40-58, 2013/2014. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/381>. Acesso em: 3 maio 2020.

SALADINO, A. Fórum de Acervos REMAAE e GT Acervos da SAB – Carta de Prioridades. *Revista Habitus*, v. 17, n. 1, p. 243-246, 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6990>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SALADINO, A.; CAMPOS, L.; MOTTA, L.; SORGINE, J. As pós-graduações do IPHAN como termômetro da gestão do patrimônio arqueológico. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v.13, n. 2, p. 146-168, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8657360>. Acesso em: 3 maio 2020.

SANTOS, T. de L. P. Memória e identidade: o que vem primeiro, Annette Laming Emperaire ou a missão franco brasileira? *Revista Memorare*, v. 2, n. 2, p. 72-84, 2015.

SCHEEL-YBERT, R.; EGGERS, S.; WESOLOWSKI, V.; PETRONILHO, C.; BOYADJIAN, C.; BeBLASIS, P. Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar. *Revista de Arqueologia*, n. 16, p. 109-137, 2003.

SIMÃO, L. de M. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, v. 4, n. 3, p. 421-435, 2009.

SILVA, F. A. El pasado en el presente de los Asurini do Xingu: narrativas arqueológicas y narrativas indígenas. *Multivocalidad y activaciones patrimoniales en Arqueología: perspectivas desde Sudamérica*. Buenos Aires, p. 131-154, 2014.

SOMBRIO, M. M. de O. *Trajetórias e patrimônio: a coleção de Betty Meggers no Museu Nacional do Rio de Janeiro*. 16º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. De 15 a 18 de outubro de 2018. Campina Grande, 2018.

STOFFEL, A. M.; VICTOR I. La responsabilidad social y el futuro de los museos. *HER & MUS*, 16, v. VII, p. 69-80, oct.nov. 2015.

STRLIČ, M. What does Heritage science mean? *Angewandte Journal*, n. 57, p. 2-4, 2018. Disponível em: <http://www.e-rihs.eu/prof-strlic-introduces-heritage-science-means/>. Acesso em: 20 out. 2019.

SOUSA SANTOS, B. de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais de saberes. *Novos estudos* CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. *Annual Review of Political Science*, v. 2, p. 369-404, 1999.

VIANA, S. A.; BEZERRA, M.; OLIVEIRA, J. E. (orgs.). *Revista Habitus*, v. 2, n. 12, 2014. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/issue/view/214/showToc>. Acesso em: 20 dez. 2019.

TOCHETTO, F. Recomendações de Ouro Preto. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, nov. 2017.

TOLEDO, G. T. Musealização da arqueologia e conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial. Tese (Doutorado Arqueologia) - MAE/USP, São Paulo, 2017.

SALADINO, A. Fórum de Acervos REMAAE e GT Acervos da SAB – Carta de Prioridades. *Revista Habitus*, v. 17, n. 1, p. 243-246, 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6990>. Acesso em: 20 dez. 2019.

WASSILOWSKI, A. H.; CURET, L. A. Arqueologia para América Latina en el siglo XXI. *Antipoda. Rev. Antropol. Arqueol.*, n. 36, p. 3-10, 2019. Disponível em: https://issuu.com/publicacionesfaciso/docs/revista_antipoda_no._36. Acesso em: 3 maio 2020.

WATLING, J.; IRIARTE, J.; MAYLE, F. E.; SCHAAN, D.; PESSENDA, L. C. R.; LOADER, N. J.; STREET-PERROT, F. A.; DICKAU, R. E.; DAMASCENO, A.; RANZI, A. Impacto of pre-columbian “geoglyph” bulders on Amazonian forests. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 114, n. 8, p. 1868-1873, 2017.

WICHERS, C. A. de M. *Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, 2011.